

P O R T A R I A N.º 531 de 18/04/2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, no uso de suas atribuições legais, prevista no Art 106, §2º, da Lei Complementar n.º 741, de 12/06/2019, subdelegadas, conforme Art. 1, §2º, do Decreto n. 348/2019, ao Diretor de Administração e Finanças, resolve: **DESIGNAR**, o Engenheiro **CLEO REIS QUARESMA**, matrícula n.º **0246.635-0**, para fiscalizar, a partir desta data, a prestação de serviços especializados de engenharia para implantação da interseção do km 4,8 da Rodovia SC-403 – no bairro Ingleses/Florianópolis. Objeto do contrato CT-0562022.
Edésio da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Matr. 0911.710-5
Portaria nº 750 – 12/05/2021
DOE 21.520 – 13/05/2021

Cod. Mat.: 815946

SUPERINTENDENCIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE OPERAÇÃO

ORDEM DE REINICIO Nº 010/2022

AUTORIZAÇÃO: Autorizado pela Diretora de Operação.
CÓDIGO DA OBRA:
PROJETO ATIVIDADE: Ação 26.782.0130.0011 e Sub-Ação 14.449
CONTRATO: CT-218/2021
EMPRESA: GAIA RODOVIAS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Manutenção Descontinuada, Revestimento Asfáltico de Rod. Estaduais.
TRECHO: Rodoviários Pertencentes à Coordenadoria Extremo Oeste – Lote 02”.
EXECUÇÃO FÍSICA: 0 %
MOTIVO: Por motivo de ordem administrativa
DATA DE PARALIZAÇÃO: 18 de Abril de 2022
Cod. Mat.: 815958

Saúde

PORTARIA nº 330 de 19/04/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, usando da competência que lhe confere o Art. 74, parágrafo único, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e Art. 106º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019; CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências e; CONSIDERANDO o acordo de leniência firmado com a empresa Neoway Tecnologia Integrada Assessoria de Negócios S.A., CNPJ 05.337.875/0001-05, referente ao contrato de prestação de serviços n. 130/2013 e tendo em vista do que consta no PROCESSO CGE 117/2022, **RESOLVE:**
Art. 1º - Alterar a Portaria nº 226 de 22/03/2022, publicada no D.O.E. nº 21.735 de 22/03/2022, que constituiu a **COMISSÃO** com finalidade de elaborar relatório circunstanciado decorrente da apuração, liquidação e certificação do débito objeto do requerimento da requerente. A ordem cronológica das exigibilidades dos créditos eventualmente reconhecidos deve constar do relatório, assim como a análise e proposta de eventual providência em relação à cessação da prestação de serviço à SES por parte da empresa, sob a presidência do primeiro, e na ausência deste, do segundo, para comporem a comissão:
Andre Luiz Sodré de oliveira matrícula 392773-3-01;
Anderson Luiz Kretzer, matrícula 960982-0-12;
Angela Aparecida dos Santos de Souza, matrícula 282847-2-02;
Leonardo de Sousa Valverde, matrícula 672880-4-03.
Art. 2º - Esta Portaria entrará vigor na data de sua publicação.

Alexandre Lencina Fagundes
Secretário de Estado da Saúde, designado
Cod. Mat.: 816340

PORTARIA nº 319 de 13/04/2022.
Dispõe sobre o fluxo para requerimento administrativo de medicamentos, procedimentos e insumos.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições previstas no art. 74, da Constituição estadual e no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e, Considerando o direito de petição e o direito de obtenção de certidões, a todos assegurados, nos termos do artigo 5º, inciso

XXXIV, alíneas “a” e “b”, da Constituição Federal; Considerando o previsto no artigo 7º, incisos V e VI, da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que assegura direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, e a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; Considerando o previsto no artigo 1º da Lei Federal nº 9.051 de 18 de maio de 1995, que determina ser de 15 (quinze) dias o prazo para expedição de certidões requeridas aos órgãos da Administração Pública; Considerando que os medicamentos oncológicos pertencem a Assistência Oncológica, que os Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e as Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) são os responsáveis pela escolha de medicamentos e protocolos a serem ofertados à população. **RESOLVE:**
Art. 1º - Definir o fluxo para solicitação de informações sobre fornecimento administrativo de exames, insumos, medicamentos e procedimentos postulados pelos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.
Art. 2º - Caberá aos UNACONs ou CACONs o recebimento e a resposta das solicitações administrativas de medicamentos para tratamento oncológico, conforme estabelecido no Art. 4º, Parágrafo 1º.
Art. 3º - Caberá às Gerências Regionais de Saúde o recebimento e a resposta dos requerimentos administrativos de exames, procedimentos, insumos e medicamentos, padronizados ou não, com exceção dos contemplados no Art 2º, mediante formulário a ser disponibilizado diretamente ao usuário.
Art. 4º - A resposta às solicitações administrativas deverão ser prestadas no prazo máximo de quinze (15) dias e redigidas, de acordo com o estabelecido nesta portaria.
§ 1º Os documentos redigidos pelos UNACONs e CACONs devem conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
Se o (a) paciente está em tratamento no Hospital.
Se o Hospital dispõe do (s) medicamento (s) requerido (s).
Qual o motivo do não fornecimento do (s) medicamento (s).
Quais as alternativas terapêuticas disponíveis no Hospital, para tratar a doença que acomete o (a) paciente.
§ 2º As Regionais de Saúde ao elaborar respostas para os requerimentos administrativos deverão seguir os modelos ANEXOS I ao XII complementando com as informações atualizadas constantes no ceos.saude.sc.gov.br e outras que entenderem necessárias.
Art. 5º - As solicitações formuladas diretamente pelos usuários na sede central da Secretaria de Estado da Saúde serão encaminhadas às Regionais de Saúde, CACON ou UNACON, considerando o município de residência do usuário e conforme competência estabelecida nos Arts. 2º e 3º.
Art. 6º - Revoga-se a Portaria nº. 49, de 10 de fevereiro de 2015
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES
Secretário de Estado da Saúde, designado.
Cod. Mat.: 815846

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 14681/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 630,63 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 815704

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 24155/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 1.680,00 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 815820

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Es-

tado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/1984, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado.**

Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/1983. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 18 de abril de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

1. AUTUADO: GOOD TIMES BAR LTDA 2618/A
CNPJ/CPF:32.471.667/0001-69
PROCESSO: SES 00086141/2020
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:1000005351/22

2. AUTUADO: Elair Machado de Brito
CNPJ/CPF: 40.208.077/0001-76
PROCESSO: SES 00137059/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:10000005383/22

3. AUTUADO: JAIRO CESAR CARVALHO
CNPJ/CPF: 03.373.098/0001-10
PROCESSO: SES 00005715/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:10000005436/22

4. AUTUADO: MARCELO JOSE SACHWEH
CNPJ/CPF: 19.175.659/0001-07
PROCESSO: SES 00049113/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:10000005470/22

5. AUTUADO: MARLUZE LUCERO BARBOSA
CNPJ/CPF: 17.991.361/0001-40
PROCESSO: SES 00039142/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000005600/22

Cod. Mat.: 815911

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR000435.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Município de Urubici. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde com a finalidade de oferecer melhor assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e aumentar o percentual de atendimento aos usuários do SUS para 100%. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0400 – 1076 – 011328 – 3 – 33 – 40 – 41, Programa Transferência: 2021010219, Fonte dos Recursos: 0100, 33404102, conforme Nota de Empenho nº 2022NE009180, de 24/03/2022, constante no processo SCC 15872/2021. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2022, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 01 de abril de 2022. **SIGNATÁRIO:** Alexandre Lencina Fagundes, pela SES e Mariza Costa, pelo Município. Lz/sc

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR000712.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação do Hospital Jaraguá, com sede no município de Jaraguá do Sul. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde do Hospital Jaraguá, com a finalidade de garantir o acesso e a qualidade dos serviços ofertados através da realização de cirurgias eletivas. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 870.072,90 (oitocentos e setenta mil e setenta e dois reais e noventa centavos), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48093 – 480093 – 10 – 302 – 0430 – 1150 – 014019 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2022010934, Fonte dos Recursos: